

LIRA NETO

# Getúlio

*Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2013 by Lira Neto

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

*Capa*

João Baptista da Costa Aguiar

*Fotos de capa e de lombada*

DR/ cortesia da família Cóbria Vivas, Poços de Caldas

*Preparação*

Leny Cordeiro

*Índice remissivo*

Luciano Marchiori

*Revisão*

Huendel Viana

Carmen T. S. da Costa

Ana Maria Barbosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Neto, Lira

Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945) / Lira Neto. – 1ª ed – São Paulo : Companhia das Letras, 2013.

ISBN 978-85-359-2304-9

1. Brasil – História – Estado Novo, 1937-1945 2. Brasil – História – 1930-1945 Vargas, Getúlio, 1883-1954 1. Título.

13-06366

CDD-923.281

---

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Políticos : Biografia 923.281

[2013]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

[www.companhiadasletras.com.br](http://www.companhiadasletras.com.br)

[www.blogdacompanhia.com.br](http://www.blogdacompanhia.com.br)

# Sumário

1. Oficiais do Exército destroem um jornal: “A ditadura vai salvar o Brasil”, proclamam (1930-2).....	13
2. Crise política, confusão nos quartéis, caos financeiro. Querem derrubar Getúlio (1931-2).....	37
3. “Sai, Getúlio, sai! São Paulo não é Shanghai!” (1931-2).....	58
4. Um general de pijama assume a pasta da Guerra. Os conspiradores decidem que é hora de agir (1932).....	79
5. Getúlio escreve um bilhete de despedida: “Escolho a única solução digna para não cair em desonra” (1932).....	97
6. Uma notícia se espalha em São Paulo: O ditador fugiu do palácio (1932).....	113
7. Getúlio escapa da morte. Para a polícia, foi acidente. Mas havia quem apostasse em atentado (1933).....	131

8. Tiros de metralhadora na fronteira argentina: Bejo Vargas complica a política externa brasileira (1933).....	153
9. O ditador deixa o poder; o novo presidente assume. Mas eles são a mesma pessoa (1934).....	172
10. A Lei Monstro é aprovada: “Não teremos mais direito de pensar em voz alta” (1934-5).....	192
11. O serviço secreto britânico adverte Getúlio: espões e terroristas soviéticos estão no Brasil (1935).....	221
12. Sete mil presos políticos lotam os porões do regime. Há graves denúncias de tortura. Getúlio nega (1935-6).....	243
13. “Os satélites começam a girar em torno do Sol”, diz Getúlio, após tirar de órbita os candidatos a presidente (1936-7).....	276
14. Menção honrosa no concurso infantil de frases patrióticas: “Getúlio Vargas é maior que o Tarzan das Florestas” (1937-8).....	312
15. Getúlio enfrenta metralhadoras e fuzis, mas sucumbe ante um adeus da Bem-Amada (1937-8).....	331
16. A Segunda Guerra Mundial estoura na Europa. “Estou só e calado, para não demonstrar apreensão” (1939-40).....	350
17. Getúlio toma a decisão sobre a guerra. Mas avisa: “Não sobreviverei a um desastre para minha pátria” (1940-1).....	376
18. Preso a uma cama, Getúlio administra a crise do regime, enquanto os nazistas iniciam o “alegre massacre” (1942-3).....	406
19. O Estado Novo agoniza: é preciso fazer a abertura. Antes que os inimigos do governo a façam (1943-4).....	429
20. “Estou resolvido ao sacrifício, como um protesto, marcando a consciência dos traidores” (1944-5).....	453

Epílogo	
(29 de outubro a 1 <sup>o</sup> de novembro de 1945).....	479
Este livro.....	493
Fontes.....	497
Notas.....	510
Crédito das imagens.....	573
Índice remissivo.....	575

## I. Oficiais do Exército destroem um jornal: “A ditadura vai salvar o Brasil”, proclamam (1930-2)

Por volta de onze e meia da noite daquele 25 de fevereiro de 1932, uma quinta-feira, os habituais frequentadores da praça Tiradentes, mais famoso reduto da boemia carioca à época, tiveram a atenção voltada para o som do motor de pesados caminhões na rua ali em frente. Sambistas, atores, coristas, músicos e malandros que sempre lotavam os cafés do local até alta madrugada assistiram com surpresa à passagem do comboio composto de três enormes veículos de carga, apinhados de soldados do Exército. Eram cerca de 180 homens fardados. Todos com fuzis, pistolas e submetralhadoras em punho.<sup>1</sup>

Os caminhões oficiais — dois pertencentes à corporação militar e o terceiro identificado mais tarde como do departamento de limpeza pública do Distrito Federal — contornaram a Tiradentes e margearam lentamente a profusão de cabarés, bares, cinemas e teatros que fervilhavam ao redor da praça. Seguiram assim, sem pressa, até estacionarem enfileirados à altura do número 77, onde funcionava a sede do *Diário Carioca*.

O jornal, que quinze meses antes apoiara com ardor a deposição de Washington Luís e a consequente chegada de Getúlio Vargas ao poder, passara a publicar artigos e editoriais inflamados a favor da reconstitucionalização do país. Desde novembro de 1930, Getúlio vinha governando por decreto, após suspender a

Constituição Federal, dissolver o Congresso, as Assembleias Legislativas e as Câmaras municipais, destituir prefeitos e governantes dos estados, eliminar as prerrogativas individuais e instituir um tribunal de exceção para julgar crimes políticos.<sup>2</sup> Autoatribuindo-se poderes discricionários, o Governo Provisório, originário do movimento civil-militar que conduziu o político gaúcho ao Catete, também aposentara compulsoriamente, por “imperiosas razões de ordem pública”, seis ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), considerados comprometidos com o antigo regime.<sup>3</sup>

A maioria dos textos editados com destaque na primeira página do *Diário Carioca* era assinada pelo diretor de redação, José Eduardo Macedo Soares. Um dos últimos, publicado no dia 24 de fevereiro de 1932, fustigara: “O regime do sr. Getúlio Vargas fracassou. Primeiro, pela resistência que encontrou no sentimento brasileiro de invencível repugnância a qualquer escravidão política. Segundo, pela insanável incompetência dos homens nos quais se apoiou”.<sup>4</sup>

Macedo Soares, com seus característicos olhos verdes e fundos, de grandes pestanas e pálpebras meio caídas, era um polemista profissional. Em 1912, após chegar ao posto de tenente, largara a Marinha e passara a militar na imprensa, ao fundar seu primeiro diário, *O Imparcial*, pioneiro na publicação de ilustrações entre os jornais do Rio de Janeiro e crítico sistemático do então presidente Hermes da Fonseca. Ex-deputado federal por três mandatos consecutivos, fora preso por subversão também em três ocasiões, uma delas em 1922, quando ocupara a companhia telefônica de Niterói, encarregado de cortar as ligações locais com a capital, onde os insurgentes tenentistas sublevavam o Forte de Copacabana. Mandado preso para a ilha Rasa, fugira pela porta da frente, ludibriando os carcereiros, envergando sobre o uniforme de presidiário um terno levado pelo irmão.<sup>5</sup>

Em 1928, Macedo Soares fundara o *Diário Carioca*, para fazer oposição ao governo de Washington Luís. Pouco depois aderira à Aliança Liberal — a coalizão de forças que apoiara a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Em seguida à vitória do movimento de 1930, começara a criticar os civis e militares abrigados no Clube 3 de Outubro, agremiação fundada no ano seguinte no Rio de Janeiro por representantes do tenentismo. Defensores de um regime forte e autotitulado como “patriotas enérgicos”, os integrantes do 3 de Outubro — o nome do clube era uma homenagem à data do estopim da chamada “Revolução de 30” — pregavam a necessidade de manutenção indefinida do período de exceção. Os “outubristas” argumentavam que uma possível volta à ordem legal

serviria apenas para trazer de volta a “politicalha” varrida do poder pela Revolução e pela “República Nova”.<sup>6</sup>

“Foi para realizar a tarefa de renovar o país que se instituiu, em fins de 1930, a ditadura no Brasil”, afirmava um dos mais destacados líderes tenentistas, Juarez Távora, promovido a major pelo governo revolucionário. “Essa obra prévia de desentulho, a ditadura só poderá dar por concluída quando houver separado, criteriosamente, o joio do trigo, os elementos imprestáveis, inadequados ou apodrecidos dos esteios bons que também se encontram sob os destroços da velha ordem.”<sup>7</sup>

Em contraposição ao Clube 3 de Outubro, o *Diário Carioca* se convertera no baluarte do retorno à ordem constitucional. Suas páginas não cansavam de exigir eleições livres para uma Assembleia Constituinte, com vista à elaboração de uma nova Carta Magna para o Brasil. Por isso, os três caminhões parados em frente à sede do jornal àquela hora da noite, com soldados ostensivamente armados, não pareciam indicar uma visita de cortesia.

A má intenção dos recém-chegados logo se revelou. Sem descer dos veículos, os militares obedeceram à ordem determinada por um oficial e, a um só gesto, apontaram o cano de suas armas para a fachada do prédio. A seguir, sob nova ordem, a de fazer fogo, desfecharam uma ruidosa carga de disparos. Depois de meio minuto ininterrupto de artilharia, os caminhões ligaram os motores e seguiram em frente, sacolejando em marcha lenta, como se nada de anormal houvesse ocorrido.

Em meio à balbúrdia que tomou conta dos cafés, os boêmios mais curiosos saíram para conferir o estrago. A imagem era devastadora. As balas de grosso calibre estilhaçaram as vidraças do *Diário* e abriram centenas de buracos nas paredes do imóvel de dois pavimentos. Os trabalhadores gráficos e os redatores que preparavam a edição do dia seguinte despontaram à calçada, atônitos. Enquanto todos aferiam a extensão da violência, notou-se que os caminhões apenas circundavam a praça e já retornavam, ameaçadores. O primeiro ataque fora somente uma mensagem de advertência, compreendeu-se. Os soldados ainda não haviam dado o serviço por terminado.

“Foge, que lá vem bala de novo!”, alguém gritou, em meio à multidão.<sup>8</sup>

Quase não restou ninguém para assistir à segunda ofensiva. A maioria dos que ali se aglomeravam fugiu pela rua da Constituição — via pública que passara a ter um nome meramente decorativo, sem nenhuma correspondência com a



situação política do país. Apenas os mais destemidos ousaram buscar um ponto de observação privilegiado por trás das árvores, bancos de granito e postes de iluminação da praça, já que todos os bares e cafés das imediações trataram de cerrar imediatamente as portas — e um grande número de funcionários do jornal decidiu acompanhar os populares em debandada.

A nova saraivada de tiros se mostrou ainda mais ensandecida do que a primeira. A exemplo da ação anterior, os soldados atiraram do alto das carrocerias das viaturas, sem ao menos se darem ao trabalho de desembarcar. Mais uma vez, os caminhões entraram em movimento logo após a redobrada carga de artilharia, permitindo que os últimos grupos de jornalistas e gráficos tivessem tempo para evacuar o prédio, advertidos pelos gritos dos soldados de que ainda haveria um terceiro e definitivo ataque.

De fato, depois de novamente contornarem a praça, os três caminhões pararam em fila, no mesmo lugar de antes. A diferença foi que dessa vez os soldados saltaram dos veículos e invadiram o prédio, pondo abaixo a porta da frente a golpes de coturno. Um pelotão de recrutas, munido de pás, machados e picaretas utilizadas na construção de trincheiras de guerra, ficou encarregado de destruir tudo o que encontrasse no caminho. O parque gráfico, localizado no andar térreo, foi o primeiro alvo. Máquinas tipográficas, mesas, cadeiras e armários ficaram reduzidos a destroços.

Para surpresa dos invasores, alguns poucos funcionários insistiram em permanecer no interior do imóvel. Entre eles, quatro linotipistas, que receberam coronhadas e golpes de sabre nas costas, na cabeça, nos braços e no peito. Um deles, Crispim Barbosa Júnior, que tentou reagir, foi baleado na barriga e atingido por um projétil que se alojou no osso ilíaco direito.

A fúria do assalto prosseguiu no piso superior, onde funcionava a redação do jornal. Dois redatores que também não fugiram, Rafael Holanda e o crítico de arte Angione Costa, foram espancados e sofreram escoriações generalizadas pelo corpo. Não restou um único móvel intacto. Todos os birôs e máquinas de escrever foram estraçalhados a machado e picareta. Até os corrimões de madeira chegaram a ser arrancados. Arquivos foram violados e pilhas de papéis, documentos e fotografias voaram janela afora, o mesmo ocorrendo na tesouraria com livros contábeis e fichas dos funcionários.

“Onde está o Macedo Soares?”, um dos militares indagou aos dois jornalistas estatelados no chão.<sup>9</sup>

Como não obtivesse resposta, o oficial que parecia comandar a ação rumou para o gabinete da administração do jornal. Depois de constatar que não havia ninguém por lá, permitiu que uma única peça do mobiliário ficasse intacta: a cadeira do diretor editorial. Não admitiu que a despedaçassem, tal qual haviam feito com todo o resto. Preferiu disparar contra ela um único tiro, a meia distância. O projétil varou o encosto acolchoado, produzindo um rombo de bom tamanho no enchimento de palha. A mensagem era mais do que evidente. Aquela bala tinha sido reservada para o dono da cadeira.

Meia hora mais tarde, por volta da meia-noite, depois de se darem por satisfeitos com a quebradeira, os soldados retornaram aos caminhões. A essa altura, o local já estava deserto. Poucos metros adiante, os letreiros do Teatro Recreio anunciavam a nova atração da casa, um espetáculo de revista teatral previsto para estrear na noite seguinte, escrito, dirigido e produzido pelo trio Djalma Nunes, Alfredo Breda e Amador Cisneiros. No elenco, aparecia pela primeira vez em letra de fôrma o nome de um jovem palhaço, trapezista e acrobata de circo chamado Oscar Lorenzo Jacinto de la Imaculada Concepción Teresa Diaz, anunciado nos cartazes pelo pseudônimo de Oscarito Brennier. Muito em breve ele ficaria famoso nos palcos e no cinema, fazendo dupla com Grande Otelo e se tornando conhecido apenas pelo apelido de Oscarito.

O espetáculo que marcou a chegada do célebre comediante ao teatro de revista faria um estrepitoso sucesso, embora as colunas especializadas tenham dado pouca atenção ao novato Oscarito Brennier, preferindo destacar a atuação da vedete Otília Amorim e das “25 *recreio-girls* encantadoras” que dançavam de pernas de fora e com plumas na cabeça ao longo dos vinte números musicais da atração. O mais evidente, porém, foi a inevitável associação entre o título do novo show do Teatro Recreio e o violento atentado contra o *Diário Carioca*. Para muitos, o nome do espetáculo poderia servir como um recado ao titular do Palácio do Catete, sede do governo federal:

“Calma, Gegê.”<sup>10</sup>

Apesar da hora, quase uma da manhã, o ministro da Justiça, Maurício Cardoso, gaúcho nomeado por Getúlio Vargas para o cargo dois meses antes, decidiu que era o caso de tratar pessoalmente do assunto no Palácio Guanabara, a residência oficial da Presidência da República. Se Getúlio estivesse dormindo,

não hesitaria em pedir para alguém acordá-lo. Não esperaria o amanhecer para compartilhar com o chefe do Governo Provisório suas preocupações pelo ocorrido. Dadas as circunstâncias, o ataque contra o *Diário Carioca* prometia aprofundar ainda mais a crise política e institucional na qual o governo estava imerso.<sup>11</sup>

Ao chegar ao Guanabara na companhia do chefe de polícia do Distrito Federal, o também rio-grandense Batista Lusardo, e ser informado de que Getúlio ainda estava acordado, Maurício Cardoso se dirigiu de imediato ao gabinete presidencial. Na antessala, deparou-se com o ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, saindo pela porta principal, com ar apressado. Oswaldo cumprimentou a dupla de conterrâneos e fez menção de seguir adiante, mas Maurício o segurou pelo braço.

“Venha cá. Tu vais ouvir, na presença do Getúlio, o que acabou de acontecer”, disse-lhe, em tom grave.<sup>12</sup>

Oswaldo Aranha fora um dos mais entusiasmados incentivadores da fundação do Clube 3 de Outubro. Seu plano original era a organização de um grupo centralizado e coeso, que servisse de sustentação ao governo e substituísse o papel dos partidos políticos tradicionais, alijados após a Revolução. No entender de Oswaldo, caberia aos outubristas não só apoiar e respaldar a implantação dos itens mais radicais do programa revolucionário, mas também manter a uma distância conveniente de Getúlio as lideranças partidárias que compuseram a Aliança Liberal.<sup>13</sup> Tudo em nome do “espírito revolucionário” — uma entidade abstrata que estaria acima da sociedade, dos homens, das classes sociais e dos partidos —, capaz de conduzir o país a seu “destino histórico de grande nação”.<sup>14</sup>

Ao entrarem ao lado de Oswaldo no gabinete, Maurício e Lusardo encontraram um Getúlio de cenho fechado, os olhos fixos em uma montanha de papéis sobre a mesa. Entre os dedos da mão direita, rolava um charuto aceso.<sup>15</sup> Não havia em seu semblante o menor vestígio do característico sorriso, a marca registrada do chefe do Governo Provisório, retratada à exaustão nas caricaturas da imprensa e imitada quase todas as noites pelos comediantes dos espetáculos teatrais da praça Tiradentes.<sup>16</sup> Já estava informado do que ocorrera na sede do *Diário*. Minutos antes da chegada de Maurício e Lusardo, dividira com Oswaldo Aranha uma cuia de chimarrão e recebera as notícias pelo telefone. Por isso, o ministro da Fazenda parecera tão afobado. Estava de saída para averiguar a ocorrência.<sup>17</sup>

Mas já não havia o que fazer na Tiradentes. Maurício Cardoso e Batista Lusardo tinham vistoriado o local, de onde acabavam de chegar. Podiam assegu-

rar que não restara um único centímetro intacto na sede do *Diário Carioca*, a não ser a cadeira do diretor da publicação, onde ficara o rombo ameaçador de uma bala. A gráfica, a redação e os escritórios do jornal estavam inteiramente destruídos. Os feridos foram transferidos de ambulância para o pronto-socorro e, embora não corresse risco de morte, estavam sob observação médica.<sup>18</sup>

“Getúlio, estamos diante de um fato gravíssimo. Quero saber quais as providências que o teu governo julga necessárias nesse momento”, cobrou Maurício, após descrever com minúcias o cenário de destruição que testemunhara.<sup>19</sup>

É verdade que, durante as primeiras horas da Revolução, em outubro de 1930, as sedes dos jornais alinhados à ordem deposta haviam sido alvo de depredações por populares exaltados. Entretanto, dessa vez, um órgão de imprensa tivera suas instalações invadidas e devastadas por soldados do Exército, fardados e de arma em punho. Homens pagos para defender a lei e a ordem arrasaram uma propriedade privada e espancaram jornalistas e gráficos. A liberdade de pensamento fora um dos axiomas da luta revolucionária e aquele evento contrariava todos os discursos de campanha da Aliança Liberal. Maurício, na condição de ministro da Justiça, argumentava que os responsáveis pelo estrago no *Diário Carioca* precisavam ser punidos de modo exemplar.

Getúlio Vargas ouviu os protestos do ministro em silêncio. Depois de escutar o relato, permaneceu calado durante mais alguns instantes. Segundo a reconstrução minuciosa da cena que Batista Lusardo faria mais tarde, um pensativo Getúlio apenas soltou uma bafurada do charuto e ficou olhando, meditativo, para as espirais de fumaça. Por fim, decidiu rebater a inquirição de Maurício Cardoso com uma pergunta:

“O que tu achas que devemos fazer?”<sup>20</sup>

Maurício expôs a necessidade de os ministros das pastas militares serem tirados da cama e convocados ao palácio para uma reunião de emergência.

“E já”, sugeriu.<sup>21</sup>

Naquele exato momento, o telefone do gabinete presidencial tocou. Do outro lado da linha, Getúlio reconheceu a voz do ministro da Guerra, general José Fernandes Leite de Castro:

“Dr. Getúlio, os rapazes do Clube 3 de Outubro fizeram ao *Diário Carioca* o que eu faria se tivesse vinte anos a menos...”, comentou o general.<sup>22</sup>

Ao ter conhecimento da posição do ministro da Guerra, Maurício levantou-se, apanhou o chapéu que deixara sobre a mesa e se dirigiu à saída do gabinete.<sup>23</sup>

“Getúlio, vim para teu governo pensando em servir à Revolução”, disse, amargurado. “Concorrer para a desordem ou pactuar com a violência nunca foi meu programa político, nem o do Rio Grande do Sul”, completou, ao abrir a porta e sair, pisando duro, acompanhado de perto por Lusardo.<sup>24</sup>

Não era só a temperatura política da capital federal que estava quente naquele início de 1932, quando o horário de verão passou a vigorar no Brasil pela primeira vez, instituído por um decreto do Governo Provisório.<sup>25</sup> Os termômetros do Rio de Janeiro indicavam médias diárias elevadas, em torno de 33° C. Isso levou Getúlio a se decidir por desfrutar alguns dias no clima mais ameno de Petrópolis. De um lado, fugiria do calor asfixiante. De outro, uma ausência temporária do epicentro da crise poderia oferecer um fresco também ao governo. No alto da serra, no Palácio Rio Negro, residência presidencial de verão, Getúlio buscava a tranquilidade necessária para avaliar a situação a conveniente distância.<sup>26</sup>

Como de costume, levou consigo uma maletinha de couro marrom de dois compartimentos, companheira inseparável desde a viagem de trem que fizera de Porto Alegre ao Rio de Janeiro, em 1930, para assumir o poder após o movimento que depôs Washington Luís.<sup>27</sup> Em um dos compartimentos da valise, transportava um arsenal de produtos de toalete, incluindo saboneteira, creme de barbear, loção pós-barba, água-de-colônia e perfume. Preso por elásticos ao forro interno, o espelho de mão de formato retangular fazia companhia a uma navalha para esbanhar o rosto, o pente, a tesourinha e a lixa de unhas. No outro compartimento, iam acomodadas as escovas de sapato, a calçadeira e alguns pares de meias de seda, dobrados com capricho.<sup>28</sup>

Apesar do cheiro acre de charuto que recendia de seu hálito, Getúlio passava uma impressão geral de higiene quase obsessiva, como se houvesse acabado de sair do banho — aspecto reforçado pelo rosto sempre bem raspado, onde as bochechas meio rosadas emolduravam o nariz aquilino e os olhos ligeiramente estrábicos. Os cabelos curtos, penteados para trás, umedecidos por leve brilhantina, aumentavam a sensação de frescor, alinho e limpeza. Quando oferecia a mão em cumprimento a alguém, a palma macia e as unhas aparadas e polidas, de quem parecia ter vindo da manicure, completavam o efeito de rigoroso asseio pessoal.<sup>29</sup>

Malgrado o zelo nos cuidados do corpo, não conseguia se vestir sozinho. O

contínuo do Palácio Guanabara, Adão Feliciano, antes encarregado de manter limpos os uniformes dos ajudantes de ordens, passara a ser uma espécie de valete do presidente. Ajudava-o a escolher o terno e as camisas que vestiria no dia, mas principalmente o auxiliava em duas tarefas que, desde a juventude, Getúlio considerava sobre-humanas: acertar o nó da gravata e amarrar os próprios sapatos.<sup>30</sup>

“Parece incrível que o senhor ainda não tenha aprendido nessa idade uma coisa tão simples”, impressionava-se a filha Alzira, ao ver o pai tropeçando nos cadarços desamarrados.<sup>31</sup>

O padrão estético de Adão nem sempre correspondia às recomendações dos manuais de elegância masculina da época. Quando Getúlio pedia o terno branco de linho, não havia erro. A camisa da mesma cor, também de linho e com punhos engomados, formava o conjunto habitual. Mas, quando deixava a escolha da indumentária por conta exclusiva do auxiliar, o presidente corria o risco de descer para o gabinete de trabalho vestindo terno azul-marinho, camisa listrada e gravata verde, como fez determinada manhã, para ser imediatamente repreendido pelos familiares, que o compararam a um cabide de tinturaria.<sup>32</sup>

Getúlio detestava casaca ou smoking, não só porque a formalidade do traje o exasperasse, mas também pela angústia de ter que se entender com os mistérios insondáveis da gravata-borboleta, enigma que só mesmo a esposa, Darcy, e o diligente Adão eram capazes de resolver.<sup>33</sup> Por isso, a temporada de verão na agradável Petrópolis teria para ele um prazer complementar. Iria se libertar das obrigações solenes e das recepções de gala típicas da capital da República. Nesse caso, a sem-cerimônia do paletó de linho claro era quase um uniforme.

“Ao deixar o Catete, fui ver o cenário da festa da Quinta da Boa Vista. Não pretendo ir à noite. É uma festa de muita grã-finagem”, escreveu, certa feita, ao fugir de um convite do gênero.<sup>34</sup>

A repercussão do atentado ao *Diário Carioca* estava sendo catastrófica para o governo. Uma autodenominada Associação Antifascista de São Paulo fizera publicar a ata de uma reunião de sócios na qual fora lavrada uma moção de repúdio ao episódio: “Reconhecemos no empastelamento do *Diário Carioca* um caráter determinantemente fascista, e contra o mesmo elevamos os nossos protestos em defesa da liberdade de imprensa e da integridade física dos trabalhadores”.<sup>35</sup> O termo “empastelamento”, no jargão jornalístico, definia a invasão e destrui-

ção do jornal, e remetia à época em que os periódicos eram compostos em máquinas de tipos móveis, em que cada letra tinha de ser escolhida pelo tipógrafo e montada, uma a uma, para formar as palavras. Empastelar, nesse caso, significava abrir as gavetas de tipos e esparramar as letras de chumbo no chão, o que exigia meses para reorganizá-las. Com o tempo, o vocábulo passou a designar qualquer ato de violência contra jornais.

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) — entidade de defesa da categoria e da liberdade de expressão fundada em 1908 por Gustavo de Lacerda — também divulgara uma nota de protesto. A diretoria se declarou em sessão permanente e informou que mandara hastear a bandeira da instituição a meio pau, na fachada da sede, à rua do Rosário. O documento classificava o ataque ao *Diário* como “uma afronta à consciência jurídica nacional”. O jornalista Herbert Moses, cofundador de *O Globo* em companhia do jornalista Irineu Marinho e presidente da ABI, avisara: enquanto o Catete não tomasse as devidas providências, a diretoria prosseguiria em vigília cívica.<sup>36</sup>

Em solidariedade aos colegas feridos, os trabalhadores gráficos de vários estados do país decidiram paralisar as atividades durante 24 horas. Nas principais capitais brasileiras, incluindo Rio, São Paulo e Belo Horizonte, nenhum jornal circulou no sábado seguinte à agressão ao *Diário*, 27 de fevereiro. Nem as publicações que apoiavam o governo saíram às ruas. Em toda a capital federal, o único informativo a ser impresso na data foi uma edição extraordinária de *A Voz do Gráfico*, órgão oficial da categoria, cuja venda avulsa foi revertida às vítimas da emboscada. Reunidos em assembleia na tarde do sábado, os filiados da União dos Trabalhadores Gráficos (UTG) do Rio de Janeiro decidiram sair em passeata até o Catete, onde uma comissão exigiu ser recebida em audiência pelo chefe do Governo Provisório.<sup>37</sup>

Ante a comoção geral, não houve como lhes recusar a entrada. Getúlio os atendeu e, na ocasião, tentou se mostrar simpático aos representantes da entidade, ao mesmo tempo que cuidou de se dizer profundamente abalado com o episódio, que classificou de “monstruoso”. Ao receber a moção de protesto das mãos dos diretores da associação gráfica, garantiu que o governo federal tomaria todas as providências para identificar — e punir — os culpados.

“Podem se retirar tranquilos. Confie em mim”, pediu, antes de ultimar os preparativos para a viagem a Petrópolis.<sup>38</sup>

No diário pessoal, na antevéspera de subir a serra, Getúlio assumiu que a

situação não era nada confortável: “O espírito público está inquieto”, escreveu. “Tenho de me decidir entre as forças militares que apoiam o governo e um jornalismo dissolvente, apoiado pelos políticos e instigado por estes mesmos contra o governo.”

“Estou numa encruzilhada em que urge uma decisão”, concluiu.<sup>39</sup>

“Chego a Petrópolis sem novidade”, comentou Getúlio no mesmo caderninho de capa verde, na anotação referente à data de 29 de fevereiro de 1932. “A situação continua em crise”, definiu, no dia seguinte, 1º de março.<sup>40</sup>

A contragosto, ele era obrigado a reconhecer que um dos editoriais escritos pelo viperino Macedo Soares cerca de dois meses antes, intitulado “Balaio de caranguejos”, cunhara a metáfora perfeita para definir o que se passava nos bastidores do governo. Pouco adiantara, na ocasião, mandar apreender uma edição inteira do *Diário Carioca* para impedir a circulação do malfadado editorial. Soares imprimira depois o texto na forma de panfleto e inundara as esquinas do Rio de Janeiro com ele.<sup>41</sup>

No material censurado, o dono do *Diário* afirmava que os aliados de Getúlio, como caranguejos atados dentro de um mesmo cesto, se entregavam a uma disputa brutal por áreas de influência, trocando ofensas pessoais e hostilidades mútuas. A continuarem assim, terminariam por chacinar uns aos outros, previa Soares, que costumava escrever seus editoriais incendiários em casa, de pé, completamente nu por baixo de um robe de chambre.<sup>42</sup>

Vista em retrospectiva, a crise tinha raízes profundas. Já nas semanas iniciais, logo após a tomada do poder em outubro de 1930, ficaram evidentes as divergências na base de apoio do Governo Provisório. A prometida coalizão se revelara impossível. Os liberais acusavam os tenentistas de usar Getúlio como fachada civil para impor uma ditadura militar ao Brasil, por meio do controle e da influência que exerciam sobre o aparelho do Estado. Por sua vez, os tenentistas acusavam os liberais de não desejar realmente mudanças profundas para o país, mas apenas paliativos reformistas, ou seja, a mera substituição de uma oligarquia por outra.

Os primeiros exigiam o encerramento imediato do período discricionário e a convocação urgente da Constituinte. Os outros achavam cedo demais para isso e argumentavam que os brasileiros não tinham maturidade política para eleger seus próprios destinos, necessitando de uma elite ilustrada, consciente — e arma-



da — para lhes guiar os caminhos. Convocar os eleitores e restaurar a Constituição, no entender dos tenentistas, só serviriam para submeter novamente a nação ao voto de cabresto e às garras do coronelismo. Pelo raciocínio, as eleições seriam um obstáculo à própria democracia: retornar à legalidade plena era cometer uma traição ao povo, pois devolveria o país a um estágio anterior, no qual a representatividade nunca passara de uma ficção, sustentada pelo escândalo das atas falsas. Reconstitucionalizar o país significaria reativar as máquinas político-partidárias das oligarquias, historicamente mantidas pela submissão do eleitorado rural ao poderio do latifúndio.<sup>43</sup>

Até então, Getúlio Vargas tentara contemporizar, aparar arestas, equilibrar-se como árbitro do conflito entre as duas facções.

“Sempre que alguém rosna mais forte nos calcanhares de Getúlio, ele atira um osso, às vezes sem carne, para o resmungador se aquietar”, definiria um dos tenentistas mais exaltados, Agildo Barata, que em outubro de 1930 tivera participação decisiva na deposição dos governos estaduais da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.<sup>44</sup>

Em quinze meses no exercício do poder, Getúlio praticara como ninguém a arte de atirar ossos e silenciar resmungos, isto é, de procrastinar soluções definitivas para as dissensões internas no governo. Enquanto foi possível, alternou movimentos para cada um dos lados em disputa, distribuindo indistintamente vantagens e compensações. Dotado de hábil pragmatismo e de impressionante paciência histórica, preferia deixar suas opções políticas sempre em aberto, na expectativa de que o tempo oferecesse a oportunidade propícia para deliberações mais seguras ou até mesmo para futuras conciliações, por mais improváveis que estas aparentassem ser no momento.<sup>45</sup> Contudo, a proverbial desenvoltura em contornar desavenças vinha sendo confundida com incompetência para tomar decisões ou, ainda, com simples lassidão. Ao diário pessoal, Getúlio se permitia confessar, nesse caso específico, uma certa dose de impotência para a resolução dos impasses e contradições que a vitória da Revolução fizera aflorar.<sup>46</sup>

“Sinto o meu declínio político; ou por falta de capacidade para abrir novos horizontes, ou por falta de apoio para transformações mais radicais”, registrou.<sup>47</sup>

Getúlio estava convicto de que a tradicional representatividade política, nos moldes ínfimos postos em prática na Primeira República — período anterior a 1930, ao qual os documentos oficiais passaram a se referir, de modo pejorativo, como “República Velha” —, nunca havia passado de uma grosseira mistificação.

A democracia liberal brasileira, lastreada por velhos partidos políticos a serviço das oligarquias regionais, apenas servira de aparato ideológico para a defesa de interesses locais e particulares. Contra essa falácia, fizera-se o movimento civil-militar de 1930. Retornar ao modelo antigo sem antes sanear a nação, sem superar o território escorregadio da política, seria, pela perspectiva de Getúlio, um imperdoável retrocesso. Em tal ponto, concordava de modo irrestrito com os tenentistas.

Se ele optasse pela reconstitucionalização imediata, inviabilizaria o projeto revolucionário e com isso, possivelmente, os tenentistas o abandonariam — ou, numa hipótese muito provável, se voltariam em armas contra ele. Ao contrário, se persistisse em governar por decreto indefinidamente, os liberais-democráticos que haviam dado sustentação política ao movimento de 1930 desistiriam dele, restando-lhe apenas a alternativa de aprofundar a participação dos militares como sustentáculo do governo.<sup>48</sup> O dilema andava tirando de verdade o sono de Getúlio. As notas de seu diário íntimo revelavam que ele passara a se demorar na cama além do horário habitual. Antes, seis horas noturnas de descanso lhe bastavam para repor as energias. Em meio à crise, mesmo se permitindo ficar por mais tempo deitado, não conseguia pregar o olho durante boa parte da madrugada.

“Permaneço em repouso umas sete horas por noite. Raramente durmo todo esse tempo. Hoje amanheci um tanto adoentado. Sinto fadiga. Doença, decadência física, velhice... *Chi lo sa?* [Quem sabe?]”<sup>49</sup>

Nas reuniões ministeriais de todos os sábados, eram flagrantes os longos silêncios de Getúlio, mesmo quando das discussões mais acaloradas, ocasiões em que seus auxiliares aproveitavam para medir forças. Alguns participantes desses embates do alto escalão governamental chegariam a jurar que, em tais momentos, viram Getúlio ressonar profundamente, até mesmo cabeceando aqui e ali, enquanto as alterações se desdobravam ao seu redor. Ao final, com os olhos apertados e uma feição sonolenta, sentenciava:

“Como os senhores não chegaram a nenhuma conclusão, o assunto fica adiado, para uma posterior deliberação.”<sup>50</sup>

Justamente por essa época, um instantâneo feito por um indiscreto fotógrafo do jornal paulista *A Gazeta* exibiu a imagem de Getúlio dormindo, estirado em uma espreguiçadeira em plena luz do dia, de paletó e gravata, nos jardins do palácio, observado de perto por um oficial do Exército. A leitura foi inevitável: o chefe do Governo Provisório, em vez de trabalhar e resolver os graves problemas

do país, preferia cochilar nas horas mais improváveis, confiando a placidez de seu sono à escolta de um militar armado.

“Ora, todos os ditadores devem dormir com um olho aberto e outro fechado, ou mesmo com ambos abertos”, expunha o texto sob a foto. “Como quer que seja, a fotografia acima é um símbolo dos tempos que passam.”<sup>51</sup>

Onde alguns interpretavam um misto de enfado, negligência e preguiça, outros viam apenas dissimulação, maquiavelismo e astúcia. Fingindo-se de surdo, mudo e indolente, Getúlio estaria delongando, como sempre, a resolução dos temas mais urgentes e controversos. Enquanto mantivesse aquela atmosfera de disputa na cúpula do regime, conseguiria impedir que qualquer um dos lados que se digladiavam por áreas de influência e postos-chaves se arvorasse como hegemônico e, portanto, dono absoluto do governo.

A manutenção de um espectro de insegurança e inconstância política pairando sobre a cabeça dos aliados faria parte da estratégia sutil de Getúlio conservar para si — e para mais ninguém — a prerrogativa de decidir a direção a tomar no momento oportuno. O suspense e a indefinição, nesse caso, trabalhariam a favor de seu jogo duplo. Era como se assim ele quisesse também demonstrar que as medidas fundamentais para os destinos do país estavam à mercê não de sua vontade pessoal, mas da neutralidade de um líder equilibrado e equidistante, capaz de sopesar cada gesto pelos critérios da razão, da temperança e da serenidade.<sup>52</sup>

Sou um temperamento retraído, pouco expansivo, e por vezes talvez pareça demasiado lento nas minhas resoluções. Mas tenho horror ao cabotinismo e não desejo ser jamais acusado de precipitações. Seduzem-me os gestos simples, naturais e espontâneos. Antes da projeção exterior de minha vontade, domino as agitações internas, para agir conscientemente, com firmeza e persistência. Sempre sou sincero, entretanto, nas minhas atitudes. Nunca fui um calculista frio e impassível.<sup>53</sup>

De todo modo, as especulações em torno dos pensamentos cada vez mais inescrutáveis de Getúlio tomavam conta dos bastidores do poder. O amigo e político gaúcho João Neves da Fontoura, um dos primeiros a adverti-lo do avanço militarista sobre as bandeiras civis da Aliança Liberal, nunca conseguira extrair-lhe uma palavra mais transparente a respeito de tais assuntos, mesmo em reservada confiança.

“Ao homem que não faz confidências, sobram facilidades para recuar ou avançar na forma como lhe for ditada pelas conveniências”, concluíra João Neves.<sup>54</sup>

Em alguns momentos desse ambiente político mutável e indefinido, Getúlio fora compelido a romper o manto de silêncio para evitar explosões de lado a lado. Em dezembro de 1931, sob forte pressão da opinião pública, pedira ao ministro da Justiça que acelerasse a elaboração de um esboço de legislação eleitoral, com o qual pretendia aplacar as críticas dos que o acusavam de querer se perpetuar no poder e de governar o país ao arrepio das tradições constitucionais. O gesto não obedecera a uma decisão espontânea, mas a uma imposição dos fatos.

O movimento popular organizado por ligas pró-Constituinte em todo o Brasil vinha concentrando multidões em praças públicas, exigindo a redemocratização. Em 25 de janeiro de 1932 — aniversário da cidade de São Paulo e exatamente um mês antes da invasão ao *Diário Carioca* —, uma massa humana tomara conta da praça da Sé. Os organizadores falaram de algo em torno de 100 mil pessoas, embora a imprensa tenha calculado um valor mais realista, não menos expressivo, de 50 mil manifestantes.<sup>55</sup> De todo modo, as fotos dos jornais exibiram o mar de gente ocupando cada metro quadrado da praça, os muitos guarda-chuvas negros atestando que nem a tempestade de verão que caíra na cidade naquele dia conseguira arredar os manifestantes.

“Restitua-se à Nação a posse de si mesma, para que ela delibere como melhor entender”, cobrara o editorial da *Folha da Manhã*, ao repercutir o grande evento na Sé.<sup>56</sup>

O texto do novo código eleitoral encomendado por Getúlio à comissão coordenada por Maurício Cardoso ficou pronto em fevereiro e foi assinado exatamente no dia 24 — não por coincidência, a data exata do 41º aniversário da primeira Constituição republicana brasileira, a de 1891, aquela que a Revolução tornara letra morta. Para fazer a assinatura do documento coincidir com a efeméride, o datilógrafo do Ministério da Justiça precisou trabalhar de forma frenética durante toda a noite do dia 23, a fim de passar a limpo a versão final do texto, de mais de trinta páginas. Na manhã seguinte, já na primeira hora do expediente, ele estava pronto sobre a mesa de Getúlio.<sup>57</sup>

O conteúdo do novo código eleitoral se revelou extremamente avançado em relação à legislação anterior. Pela primeira vez na história do país se previa o voto secreto, a participação das mulheres nas urnas e a organização de uma Justiça Eleitoral independente.<sup>58</sup> Com esta última, ficava extinta a famigerada Comissão

de Verificação de Poderes do Congresso, o comitê formado por deputados e senadores governistas encarregados de validar os votos, autorizar a expedição de diplomas eleitorais e, sempre que fosse o caso, barrar a eleição de opositores. Seria o fim definitivo, portanto, das eleições a “bico de pena”.

Mesmo assim, as ligas em defesa da reconstitucionalização receberam a novidade com desconfiança. Duvidavam que Getúlio tivesse real interesse em tirar a nova lei do papel. Para muitos, como de hábito, o chefe do Governo Provisório apenas ganhava tempo, para amornar o nível da insatisfação pública, uma vez que as prometidas eleições para a Assembleia Constituinte ainda não tinham data marcada para ocorrer. Sem o estabelecimento de um cronograma detalhado, o código eleitoral soava como uma carta de boas intenções de feição democrática, mas sem nenhuma perspectiva de aplicação concreta. Por isso, para continuar pressionando o Catete, os paulistas voltaram a sair às ruas, justamente no dia em que o decreto recebeu a assinatura de Getúlio — véspera do assalto ao *Diário Carioca*. O cenário do comício foi a mesma praça da Sé. De novo, uma chuvarada desabou sobre São Paulo. Mas o público foi ainda maior do que na ocasião anterior, informaram os jornais.<sup>59</sup>

No Rio de Janeiro, marcara-se um evento similar. Entretanto, dois dias antes, elementos filiados ao Clube 3 de Outubro informaram ao ministro da Marinha, almirante Protógenes Pereira Guimarães, que não permitiriam a realização do grande comício pró-Constituição na capital federal. Prometiam usar inclusive o argumento das armas, se necessário, para impedir quaisquer manifestações públicas favoráveis à reconstitucionalização do país. Atribuía aos organizadores do evento a intenção de promover a desordem e o presumido intuito de dispor a população civil contra o governo. Se os patrocinadores do comício insistissem em manter a manifestação no Rio, sofreriam as consequências, ameaçaram os filiados do 3 de Outubro.<sup>60</sup>

“Será uma sangueira. Haverá muito pau e bala também”, observara o ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, ao chefe de polícia do Distrito Federal, Batista Lusardo.<sup>61</sup>

O caso fora levado ao Palácio Guanabara, para que Getúlio tomasse a decisão que achasse mais prudente a respeito do assunto. Lusardo, partidário da reconstitucionalização, defendera a realização do evento, pois os organizadores já tinham obtido autorização prévia da chefia de polícia, providência necessária em situações nas quais se previam grandes aglomerações populares. Maurício Car-

doso concordara com Lusardo. Não fazia sentido recuar ante uma intimidação daquele naipe. Se capitulasse à ameaça, Getúlio iria se tornar refém dos outubristas, mesmo porque o novo código eleitoral, considerado o primeiro passo para a convocação da Constituinte, já estava pronto para ser publicado no Diário Oficial.

Getúlio ponderara todos os argumentos e, por fim, para desolação e escândalo de Lusardo e Maurício, decidira proibir a manifestação pró-Constituinte na capital federal. Alegou temer que os outubristas cumprissem a promessa e fizessem jorrar sangue em praça pública. Os organizadores do evento, portanto, deveriam ser comunicados de que o governo não teria como garantir a ordem durante a realização do comício.<sup>62</sup>

Para Maurício Cardoso, aquilo soara como uma demonstração deplorável de fraqueza do Catete. No jogo de compensações, entretanto, Getúlio acreditava estar utilizando a tática certa. Pusera a assinatura no novo código eleitoral, satisfazendo os reclamos dos partidários da redemocratização; em contrapartida, no mesmo dia, mandara cancelar a manifestação pública pró-Constituinte, para contentar os tenentistas. Uma no cravo, outra na ferradura, como se dizia. No dia subsequente, porém, o *Diário Carioca* soltara mais um de seus candentes editoriais, intitulado “Torre de Babel”, escrito por Macedo Soares:

A rapaziada do Clube 3 de Outubro está querendo construir um arranha-céu com palitos. [...] A finalidade real do Clube é sustentar, pela violência, um regime de poderes discricionários, que o sr. Getúlio Vargas, evidentemente, planeja prolongar no país. Para organizar a ditadura, o chefe do Governo Provisório não podia contar com os democratas. Tenta, por isso, um sistema militarista que se aproveita da lenda de heroísmo e abnegação dos antigos revolucionários e do interesse e ambição dos novos.<sup>63</sup>

Um dia depois da publicação, houve o empastelamento do jornal. Um dos funcionários do *Diário Carioca*, ferido durante a invasão, servira no 1º Regimento de Cavalaria, sediado no bairro de São Cristóvão. Ele disse ter reconhecido entre os agressores vários ex-colegas de quartel, oficiais lotados no gabinete do interventor do Distrito Federal, o médico Pedro Ernesto Batista (após a Revolução, os antigos presidentes estaduais e do Distrito Federal foram depostos e substituídos por interventores, nomeados pelo chefe do Governo Provisório).<sup>64</sup> Pedro Ernesto era, também, nada menos do que presidente do Clube 3 de Outubro. Preocupado,

Getúlio resolveu convocá-lo ao Guanabara, pouco antes de seguir para Petrópolis. Mas o interventor não se mostrou nem um pouco constrangido.

“Achei-o insensível e parece que até convencido de que praticou um ato louvável”, escreveu Getúlio no diário, logo após o encontro.<sup>65</sup>

No dia 3 de março de 1932, Getúlio foi procurado por João Neves da Fontoura no Palácio Rio Negro, em Petrópolis. A velha relação entre os dois amigos de juventude estava em frangalhos. João Neves jamais perdoara o fato de Getúlio, em outubro de 1930, ter passado o governo do Rio Grande do Sul para as mãos de Oswaldo Aranha. Como vice-presidente estadual eleito, teria cabido a Neves assumir o posto naquela ocasião, enquanto o titular, Getúlio, rumava à capital federal, no comboio revolucionário, com o intuito de reclamar o poder máximo da República. Sentindo-se ultrajado, Neves pedira demissão. Renunciara oficialmente à função de vice, segundo suas palavras, para não se deixar “cair no ridículo”.<sup>66</sup>

Depois da vitória do movimento, ainda ofendido com a preterição anterior, João Neves recusara a interventoria do Rio Grande do Sul e o Ministério da Justiça, ambos oferecidos a ele por Getúlio.<sup>67</sup> Sua questão, portanto, não era de cargos, mas de amor-próprio ferido. Ele, um dos mais aguerridos tribunos da Aliança Liberal, aceitara do Governo Provisório apenas a nomeação para um posto burocrático, sem poder de mando, o de consultor jurídico do Banco do Brasil no Rio de Janeiro. Mas Neves estava em Petrópolis para entregar uma nova carta de demissão a Getúlio. Já esvaziara as gavetas de sua mesa de trabalho no banco.

“Só os invertebrados morais ou os que tenham a epiderme de cimento armado admitiriam que eu vacilasse frente a uma decisão de honra”, explicaria João Neves, que na conversa com Getúlio deplorou o atentado ao *Diário Carioca* e, mais ainda, a hesitação do governo em punir os culpados.<sup>68</sup> Fora aberto um inquérito militar para apurar as responsabilidades, mas a chefia da investigação acabou sendo confiada ao coronel Felipe de Moreira Lima, oficial filiado ao Clube 3 de Outubro, circunstância considerada um escárnio pelos que exigiam uma apuração isenta dos fatos.<sup>69</sup>

“O governo, se não foi o mandante do crime, o tolera com indulgência. Ou então é impotente para punir os responsáveis”, criticou João Neves.<sup>70</sup>

Não havia muito mais o que dizer entre os dois. Neves apenas comunicou a Getúlio que seu pedido de demissão era irrevogável e que estava com uma passagem de avião comprada para o Rio Grande. Voltaria para Porto Alegre no dia seguinte, 4 de março, onde pretendia debater com as lideranças políticas regionais a atitude que o estado deveria tomar em relação ao governo federal, em face dos últimos acontecimentos. Não iria sozinho. Outros dois gaúchos, o chefe de polícia do Distrito Federal, Batista Lusardo, e o ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, lhe fariam companhia durante a viagem. Ao dar a notícia, Neves puxou do bolso interno do paletó dois envelopes. Eram, respectivamente, as cartas de demissão de Lusardo e Collor.<sup>71</sup>

Na primeira mensagem, Lusardo explicava que se sentira diminuído em sua autoridade desde o cancelamento do comício em prol da Constituinte no Rio de Janeiro, pois a polícia sob seu comando expedira uma licença para a realização do evento. Como agravante, quando do ataque ao *Diário*, prontificara-se a mandar prender os agressores identificados pelas vítimas, mas recebera ordens superiores para deixá-los em paz. Por isso, julgava-se incompatibilizado para prosseguir no cargo.<sup>72</sup>

Lusardo deixava como principal espólio à frente da chefia de Polícia a fundação do Laboratório de Antropologia Criminal, um centro de pesquisas que, entre outros assuntos, se encarregava de estudar as supostas relações entre o crime e o biótipo de negros e homossexuais. Dirigido pelo médico Leonídio Ribeiro, o laboratório tentava pôr em prática no Rio de Janeiro as ideias do cirurgião e cientista italiano Cesare Lombroso, autor de *O homem delinquente*, obra na qual se defendia a tese de que assassinos, malfeitores e facínoras em geral podiam ser identificados a partir de suas características físicas exteriores, como o formato do crânio, o tamanho das orelhas, o contorno do nariz e a espessura dos lábios.

Em vários países, a teoria lombrosiana derivou para práticas políticas de eugenia — o “aperfeiçoamento” da raça, por meio da tentativa de branqueamento da população. O instituto fundado por Batista Lusardo ainda viria a receber, na Itália, o Prêmio Lombroso de 1933, mas seu idealizador, ao pedir demissão do Governo Provisório, não estaria mais no cargo para comemorar o feito. Possivelmente, o próprio Lusardo não se deixaria submeter a uma análise frenológica por parte dos especialistas da instituição que criou. Se o fizesse, estes teriam identificado no seu acentuado prognatismo — a proeminência da mandíbula inferior em



relação à superior — uma característica que os manuais lombrosianos atribuíam, baseados no determinismo genético, aos assassinos em potencial.<sup>73</sup>

A segunda carta entregue por João Neves a Getúlio, assinada por Collor, era ainda mais amarga que a de Lusardo:

Devo afirmar a vossa excelência — e vossa excelência sabe que eu falo a verdade — que se me fosse dito que a Revolução se faria precisamente para manietar e sufocar essa liberdade [de opinião], que é a pedra angular das sociedades organizadas, eu não teria sido, como fui, um dos elementos mais decisivos na conspiração que deflagrou o movimento de 3 de outubro de 1930. [...] A minha convivência política com os autores desse crime não seria, de forma nenhuma, possível para mim, sob pena de eu não corresponder às imposições de minha consciência.<sup>74</sup>

A demissão de Collor abria uma cratera em um setor sensível — e estratégico — do governo. A criação do Ministério do Trabalho, uma das promessas de campanha da Aliança Liberal, vinha sendo até ali uma das pedras de toque da ação e da propaganda governamental. Com menos de dois meses no poder, Getúlio decretara a primeira de suas muitas leis trabalhistas, ao estabelecer que as empresas instaladas no país teriam que reservar dois terços dos postos de trabalho a cidadãos brasileiros, o que controlaria a entrada e a participação da mão de obra imigrante no país. Era uma medida em defesa do operariado nacional, no momento em que o mundo ainda vivia os efeitos da crise econômica e do desemprego em massa decorrentes da quebra da Bolsa de Nova York em 1929.<sup>75</sup> A equipe de Collor elaborara e Getúlio assinara também a chamada Lei dos Sindicatos, de março de 1931, que regulou os direitos e deveres de patrões e empregados por meio de associações de classe, autorizadas e reconhecidas como interlocutoras oficiais pelo Ministério do Trabalho.<sup>76</sup>

Muito ainda iria se discutir sobre as consequências de uma legislação de forte acento nacionalista — que criava um antídoto contra os estrangeiros considerados “indesejáveis” (comunistas e anarquistas, em especial) — e que subordinava os sindicatos à tutela do governo, obedecendo à máxima positivista de que caberia ao Estado, de cima para baixo, “incorporar o proletariado à sociedade”, sempre em nome da “ordem e progresso”. Mas, naquele momento, as primeiras manifestações do chamado trabalhismo varguista demonstravam o interesse efe-

tivo do novo governo pela questão social, uma novidade na história republicana brasileira, recém-saída do escravismo.

A saída de Collor do ministério criava uma situação no mínimo delicada, embora tal notícia viesse a ser comemorada pelos empresários e industriais que andavam desgostosos com as novidades impostas ao setor. Acusado de reacionário pela esquerda, rotulado de comunista pelas classes produtoras, Collor se despedia de um fogo cruzado que seu sucessor, fosse quem fosse, teria de administrar.<sup>77</sup>

Neves avisou ainda a Getúlio que não eram apenas ele, Lusardo e Collor que estavam de partida. Combinara-se uma retirada geral dos gaúchos do Governo Provisório. Outros rio-grandenses instalados no segundo e terceiro escalões da administração pública também estavam demissionários. Getúlio não contasse mais com o concurso de nenhum deles.<sup>78</sup>

Tornava-se assim sem efeito uma das anedotas mais populares à época: contava-se que certo mendigo carioca, ao constatar que determinada esquina da capital federal rendia esmolas mais generosas do que as outras, suplicara aos companheiros de infortúnio que jamais revelassem aquele segredo aos gaúchos que haviam tomado de assalto o governo federal. Se tal informação chegasse ao Catete, era bem possível que o chefe do Governo Provisório baixasse mais um de seus inúmeros decretos, dessa vez nomeando um rio-grandense para explorar em regime de exclusividade as esmolas da esquina em questão.<sup>79</sup>

Em outra piada do gênero, dizia-se que o Cristo Redentor, então recém-inaugurado no Corcovado, fora originalmente planejado com as mãos postas, em atitude de oração. Mas abrirea os braços, de repente, para suplicar a Getúlio Vargas:

“Chega de gaúchos!”<sup>80</sup>

Galhofas à parte, pelo menos um dos rio-grandenses que Getúlio levava para a equipe de trabalho no Catete lhe permaneceria fiel: Oswaldo Aranha. Tão logo os pedidos de exoneração de Lusardo, Collor e João Neves vazaram para a imprensa, Oswaldo se apressou em anunciar que continuaria à frente do Ministério da Fazenda:

“Não serei nunca rato de naufrágio, vou até o sacrifício total.”<sup>81</sup>

A grande incógnita para Getúlio era Maurício Cardoso, o ministro da Justiça, considerado o paladino da reconstitucionalização dentro do governo. Maurício simplesmente desaparecera sem deixar rastros. No dia seguinte à destruição do *Diário Carioca*, depois de apanhar o chapéu sobre a mesa e sair bruscamente do

gabinete de Getúlio, pegara um automóvel no Rio de Janeiro e tomara a estrada, rumo ao Rio Grande do Sul, sem encaminhar nenhuma carta de demissão.

“Escrevi a Maurício para que ficasse no ministério”, anotou Getúlio, apreensivo, em seu diário.<sup>82</sup>

O anúncio de uma batida em retirada também da parte de Maurício Cardoso indicaria, para a opinião pública, a certeza de que Getúlio ficara sozinho, desfalcado de todos os representantes pró-Constituinte em seu governo. Sem a presença de Maurício, a aplicação do novo código eleitoral se anunciava ainda mais incerta. A afinidade de Oswaldo Aranha com os integrantes do Clube 3 de Outubro — notória a ponto de lhe ter rendido o apelido de “tenente paisano”<sup>83</sup> — só ampliava tais receios.

O Governo Provisório, temia-se, estava prestes a se transformar em uma ditadura permanente.

Às duas da tarde de 4 de março de 1932, um dia após João Neves ter comunicado a Getúlio a demissão coletiva dos gaúchos, quarenta automóveis saíram do Rio de Janeiro em direção a Petrópolis. Todos os carros estavam ocupados por sócios do Clube 3 de Outubro, que à hora da partida posaram altivos e sorridentes para os fotógrafos dos jornais e revistas. No primeiro veículo, ia o interventor do Distrito Federal, Pedro Ernesto. No que seguia imediatamente atrás, o coronel Felipe Moreira Lima, responsável pelo inquérito relativo ao caso do *Diário Carioca*. Nos automóveis seguintes, acomodavam-se dezenas de oficiais do 1º Regimento de Cavalaria, a guarnição de onde partiram os caminhões com os soldados que depredaram o jornal de Macedo Soares.<sup>84</sup>

Vencido o percurso de cerca de setenta quilômetros até Petrópolis, a caravana entrou na cidade e seguiu direto para os jardins do Rio Negro. Ao desembarcar, o grupo de visitantes se aglomerou diante das escadarias do palácio e voltou os olhos para as duas portas contíguas da fachada, que encontrou fechadas. Durante os cerca de quinze minutos em que os outubristas permaneceram ali, sem que ninguém do cerimonial do governo lhes dispensasse a menor atenção, chegou-se a imaginar que seriam vítimas de uma desfeita.

“Será que não tem ninguém no palácio?”, indagou Pedro Ernesto, mantendo um ar de estudada descontração, para não perder a pose diante dos fotógrafos.<sup>85</sup>

Mas o temor de que não fossem recebidos em audiência se dissipou quando

as portas enfim se abriram e, pondo fim ao suspense, o ajudante de ordens de Getúlio foi recebê-los, para então encaminhá-los ao salão de honra, onde estavam sendo aguardados. “O sr. Getúlio Vargas já estava no salão, à espera dos manifestantes. A recepção que lhes fez foi a mais cordial. Sorrindo, abraçou os primeiros que se aproximavam”, registrou o enviado especial do *Correio da Manhã*.<sup>86</sup>

Depois dos cumprimentos calorosos de Getúlio, Pedro Ernesto pediu a palavra. Fez um discurso sem meias palavras.

“Excelentíssimo senhor chefe do Governo Provisório, o Clube 3 de Outubro aqui está com o fim de trazer o apoio e a solidariedade ao seu governo”, iniciou. “Esta demonstração é a revelação pública de que estamos certos da ação ditatorial de vossa excelência, pautada dentro dos princípios revolucionários, e que vossa excelência cada vez mais se revela o ditador de que necessitamos para salvar o nosso país”, prosseguiu. “Chegado o momento em que vossa excelência sente a necessidade de atos de força, como nos parece também ter chegado, estamos convictos que os fará e, para tanto, tem o apoio absoluto de todos nós.” Ao final, Pedro Ernesto reforçou: “Apoiaremos, de modo absoluto, o governo de vossa excelência, como ditador”.

De imediato, foi febrilmente aplaudido pelos colegas.<sup>87</sup>

Era a vez de Getúlio Vargas falar, em resposta ao discurso do presidente do 3 de Outubro. Ele devia ter plena consciência de que suas palavras poderiam determinar os rumos do país dali por diante. Seria a oportunidade para expressar uma recusa cabal ao autoritarismo, aos “atos de força” de que se vangloriava Pedro Ernesto, ou de aderir publicamente à tese de que só mesmo uma ditadura conviria ao país naquele momento de crise.

“Recebo a demonstração de solidariedade que me trazeis, e bem compreendendo seu alcance e significação”, iniciou Getúlio. “Sois a vibrante mocidade civil e militar que não quer ver a revolução se afundar no atoleiro das transigências, dos acordos, das acomodações entre os falsos pregoeiros da democracia.”

Os aplausos dos representantes do Clube 3 de Outubro foram entusiásticos. Ante aquela vigorosa saudação, não poderia haver mais dúvidas de que ali estava o líder que exigiam, “o ditador que salvaria o Brasil”. Getúlio prosseguiu, para arrancar mais palmas e aclamação dos outubristas:

“Sob a aparência do apelo à Constituinte e defesa duma autonomia que

sempre violaram, muitos procuram apenas voltar ao antigo mandonismo e pleiteiam a posse dos cargos para a montagem da máquina eleitoral, veículo indispensável à sua ascensão.”

Pedro Ernesto e seus companheiros exultaram. Estavam ouvindo exatamente o que queriam. Não haviam ido a Petrópolis à toa. Getúlio, tudo indicava, pensava como eles: o sistema eleitoral era uma farsa; a democracia representativa, um estorvo; as manifestações em prol da Constituinte, mera fachada para politiquinhos saudosos. A cada frase de Getúlio Vargas, os outubristas se derramavam em novos e acalorados aplausos. Os vivas, porém, foram mais comedidos quando Getúlio seguiu adiante:

“A volta do país ao regime constitucional virá, terá de vir, está na lógica dos acontecimentos. Essa volta processar-se-á, porém, orientada pelo governo revolucionário, com a colaboração direta do povo e não em obediência à vontade exclusivista dos políticos.”

A ressalva de que o regime constitucional viria, mais cedo ou mais tarde, não agradou a alguns dos presentes. Entretanto, desde que isso fosse encarado como simples possibilidade, uma perspectiva lançada em direção a um futuro hipotético, nada tinham a opor. Os aplausos só se tornaram de fato mais chochos quando, ao final, Getúlio sentenciou:

“O que não posso é concordar com a prática de violências de quaisquer origens, pois a ninguém é lícito fazer justiça pelas próprias mãos sem com isso diminuir a autoridade do governo e o prestígio da revolução.”<sup>88</sup>

E ainda advertiu:

“O governo somente se integrará num regime novo quando este for reflexo da nação organizada. Não deverá tornar-se, por isso, prisioneiro de qualquer partido, classe ou facção, porque unicamente ao povo brasileiro, juiz definitivo de seus atos, lhe cumpre prestar contas.”<sup>89</sup>

Os outubristas se entreolharam. O que significava aquilo? Eles realmente estavam sendo repreendidos pelo atentado ao *Diário Carioca*?

De que lado estava, afinal de contas, o sr. Getúlio Vargas?